



VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2025



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração.....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	05
Balancos patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	16
Conselho de administração.....	33



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Vanguarda Companhia de Seguros Gerais** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas, a qual a Companhia faz parte.

O Grupo Icatu vem analisando oportunidades estratégicas que contemplam incremento nas operações da Companhia.

2. Desempenho nas operações

A Companhia está inoperante e no primeiro semestre de 2025 apresentou um lucro líquido de R\$ 61 (prejuízo líquido de R\$ 68 no mesmo período do ano anterior). O resultado financeiro influenciou positivamente no melhor resultado operacional no primeiro semestre de 2025, onde o resultado financeiro atingiu R\$ 230 em junho de 2025 (R\$ 191 no mesmo período do ano anterior), superando as despesas administrativas de R\$ 54 em junho de 2025 (R\$ 156 no mesmo período do ano anterior), despesas com tributos de R\$ 98 em junho de 2025 (R\$ 99 no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2025, o ativo total atingiu R\$ 6.858 (R\$ 6.806 em 31 de dezembro de 2024). O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2025, atingiu o montante de R\$ 4.611 (R\$ 4.550 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 115% (114% em 31 de dezembro de 2024).

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. é controlada em última instância pelo Grupo Icatu.

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 2025, o Grupo Icatu, ao qual a Companhia pertence, publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, concluindo assim a implementação dos requisitos previstos na Circular SUSEP nº 666/2022. O relatório reafirma o compromisso do Grupo Icatu com a transparência, a geração de valor sustentável e a construção de um futuro mais justo e resiliente.

Foram destaques no relatório do Grupo Icatu o retorno para a sociedade em forma de indenizações, resgates e sorteios; 43% da liderança ser composta por mulheres, 79% de favorabilidade na pesquisa de clima 2024 com a inclusão pelo 10º ano consecutivo na lista das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro, além do apoio a 30 projetos sociais nas áreas de educação, saúde e promoção da diversidade.

Com isso, a Companhia reforça seu alinhamento aos princípios de sustentabilidade do grupo, atuando de forma ética, responsável e comprometida com a geração de valor para a sociedade.

No primeiro semestre de 2025 a Companhia retornou à sociedade, R\$ 37 (R\$ 93 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 98 (R\$ 99 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 16 (R\$ 3 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

4. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguarção limitada exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu, foram prestados pela **KPMG Auditores Independentes Ltda.** até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 01º de janeiro de 2025, a **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

5. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras intermediárias de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração das aplicações financeiras (Notas 3.3 e 5)</p>	
<p>A Seguradora possui aplicações financeiras composta por títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos que compõem o principal ativo da Seguradora.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de valorização e custódia das aplicações financeiras.</p>
<p>A mensuração dos títulos públicos é apurada com base nos preços de negociação no mercado ativo e a existência desses investimentos é assegurada por meio de conciliações com as informações do órgão custodiante; e a mensuração do valor das cotas de fundo de investimento é apurado com base em informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido e a existência dos investimentos é assegurada por meio de conciliações com informações do extrato do fundo disponibilizado pelo administrador do fundo investido.</p>	<p>Efetuamos testes quanto a existência das aplicações por meio do confronto das informações disponíveis na composição da carteira de aplicações com as informações dos órgãos custodiantes para os títulos públicos e para aplicações em cotas de fundos de investimentos com as informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido.</p>
<p>Considerando a relevância dos valores, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Para os títulos públicos com cotação de mercado, realizamos testes de preços utilizados para valorização dessas aplicações com os preços de mercado.</p>
	<p>Para as aplicações em cotas de fundos de investimentos confrontamos os valores utilizados para a mensuração das cotas de fundo de investimento com as informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido.</p>
	<p>Adicionalmente, obtivemos as demonstrações financeiras intermediárias auditadas mais recentes do fundo investido. Com base nessas informações, analisamos se há alguma modificação no relatório do auditor ou alguma informação relevante que pudesse gerar impacto nas demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora.</p>
	<p>Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas aplicações financeiras são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.</p>

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025 e 27 de agosto de 2024, respectivamente, sem ressalvas.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
af...
Assinado por: MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS 04280218757
CPF: 06260218757
Data/Hora da Assinatura: 27 de agosto de 2025 | 15:25 BRT
O: KCP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v3
FAD661853F4946B...

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Balancos patrimoniais

30 junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	4.608	4.624
Disponível	41	64
Caixa e bancos	41	64
Aplicações	4.437	4.436
	Nota 5	
Títulos de renda fixa - públicos	3.973	3.781
Quotas de fundos de investimentos	464	655
Títulos e créditos a receber	130	124
Títulos e créditos a receber	6	-
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6.1	124
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.250	2.182
Realizável a longo prazo	2.250	2.182
Títulos e créditos a receber	2.250	2.182
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 7.1	2.182
TOTAL DO ATIVO	6.858	6.806



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Balancos patrimoniais

30 junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO		
CIRCULANTE	16	90
Contas a pagar	16	90
Obrigações a pagar	12	86
Impostos e encargos sociais a recolher	4	4
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.231	2.166
Outros débitos	2.231	2.166
Provisões judiciais	Nota 7.2 e 7.3 2.231	2.166
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 8	4.550
Capital social	4.699	4.699
Reservas de capital	16	16
Prejuízo acumulado	(104)	(165)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.858	6.806



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		30/06/2025	30/06/2024
Despesas administrativas	Nota 10.1.	(54)	(156)
Despesas com tributos	Nota 10.2.	(98)	(99)
Resultado financeiro	Nota 10.3.	230	191
RESULTADO OPERACIONAL		78	(64)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		78	(64)
Imposto de renda	Nota 11	(8)	(2)
Contribuição social	Nota 11	(8)	(1)
Participações sobre o lucro		(1)	(1)
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO SEMESTRE		61	(68)
Quantidade de ações	Nota 9.1.	3.316.721	3.316.721
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,02	(0,02)



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO SEMESTRE	61	(68)
RESULTADO ABRANGENTE	61	(68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros / (prejuízos acumulados)	Total
		Reserva de ágio na subscrição de ações	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 01º de janeiro de 2024	4.699	1	15	522	-	-	5.237
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Saldos em 30 de junho de 2024	4.699	1	15	522	-	-	5.169
Saldos em 1º de janeiro de 2025	4.699	1	15	-	-	(165)	4.550
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	61	61
Saldos em 30 de junho de 2025	4.699	1	15	-	-	(104)	4.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	61	(68)
Ajustes para:		
Variação de impostos sobre o lucro	12	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(1)	39
Depósitos judiciais e fiscais	(68)	(61)
Outros ativos	(6)	3
Outros passivos	(9)	106
Caixa gerado (consumido) nas operações	(11)	19
Tributos sobre o lucro pagos	(12)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(23)	19
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(23)	19
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	64	43
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	41	62



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras (Demonstrações), a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte. A controladora final da Companhia, no Grupo Icatu, é a Icatu Seguros S.A.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2025 e 2024, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 26 de agosto de 2025.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e bancos (nota 3.2); e
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (nota 5.1).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e bancos

São representados por depósitos bancários sem vencimento.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Mensurados e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.1.1. Valor justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de Custo Amortizado ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.5 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.8. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: aplicações financeiras; créditos tributários e previdenciários; provisões judiciais.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.9. Adoção de novas normas e interpretações

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.9.1. CPC 50 – Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3.9.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de Probabilidade de Default (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 3.973, que representa 90% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 3.781, que representa 85% em 31 de dezembro de 2024), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA). O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$ 464, que representa 10% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 655, que representa 15% em 31 de dezembro 2024).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - (VaR)*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

- i. O *VaR* paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.
- ii. *DV01 (dólar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

Fatores de Risco	30/06/2025				31/12/2024			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI		95%	0,05	1		95%	0,005	0,03
IPCA	(1,060)	95%	0,05	2	(2,709)	95%	0,13	7

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade das companhias não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios e sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

30/06/2025			
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	41	-	41
Aplicações financeiras	464	3.973	4.437
Títulos e créditos a receber	130	-	130
Depósitos judiciais e fiscais	-	2.250	2.250
Total de ativos	635	6.223	6.858
Contas a pagar	16	-	16
Provisões judiciais	-	2.231	2.231
Total de passivos	16	2.231	2.247

31/12/2024			
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	64	-	64
Aplicações financeiras	3.781	655	4.436
Títulos e créditos a receber	124	-	124
Depósitos judiciais e fiscais	-	2.182	2.182
Total de ativos	3.969	2.837	6.806
Contas a pagar	90	-	90
Provisões judiciais	-	2.166	2.166
Total de passivos	90	2.166	2.256

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.4. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa.

5.1.1. Valor Justo por meio do Resultado (VJR):

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 100,00% da carteira em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

30/06/2025			
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:	Taxas contratadas	Valor contábil	Valor Justo
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		464	464
Letras Financeiras do Tesouro LFT	SELIC	3.973	3.973
Total		4.437	4.437
Circulante		4.437	4.437

31/12/2024			
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:	Taxas contratadas	Valor contábil	Valor Justo
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		655	655
Letras Financeiras do Tesouro LFT	SELIC	3.781	3.781
Total		4.436	4.436
Circulante		4.436	4.436

	30/06/2025	31/12/2024
Sem vencimento	464	655
Vencimento em até um ano	-	3.781
Vencimento em até cinco anos	3.973	-
Total	4.437	4.436



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	
Saldo final em 01º de janeiro de 2024	4.574
(-) Resgates	(602)
(+) Rendimentos	464
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	4.436
(+) Aplicações	3.812
(-) Resgates	(4.084)
(+) Rendimentos	273
Saldo em 30 de junho de 2025	4.437

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total
VJR			
Fundos não exclusivos	-	464	464
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.973	-	3.973
Total	3.973	464	4.437

	31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total
VJR			
Fundos não exclusivos	-	655	655
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.781	-	3.781
Total	3.781	655	4.436



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar de R\$ 124 em 30 de junho de 2025 (R\$ 124 em 31 de dezembro de 2024), são compostos de imposto de renda no valor de R\$ 71 e demais impostos no valor de R\$ 53.

6.2. Tributos diferidos

Conforme estabelecido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a baixa de valores relacionados à constituição de diferenças temporárias de IRPJ e CSLL devem ser registradas quando o ativo ou passivo tributário não é mais realizável conforme as condições originais que resultaram no seu reconhecimento. Nesse sentido, devido à ausência de expectativa de lucro tributável, procedemos com a baixa das respectivas diferenças temporárias em novembro de 2024. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não havia saldos registrados nesta rubrica.

7. Depósitos judiciais e provisões judiciais

7.1. Depósito judiciais fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	2.182	2.200
Baixados	-	(140)
Atualização monetária	68	122
Saldo Final	2.250	2.182

7.2. Outros débitos – Provisões Judiciais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não havia provisões judiciais classificadas com probabilidade de perda provável. As obrigações fiscais em discussão judicial referem-se a uma Execução Fiscal de 1997 que envolve débitos de CSLL do período de apuração 31/12/1991 e que ainda não possui decisão definitiva. Essa ação está classificada com probabilidade de perda possível, conforme demonstrado abaixo:

Causas Fiscais						
		30/06/2025		31/12/2024		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	1	3.283	-	1	3.081	-
Total	1	3.283	-	1	3.081	-

Causas Cíveis						
		30/06/2025		31/12/2024		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	3	780	-	3	759	-
Total	3	780	-	3	759	-



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Provisões judiciais – obrigações fiscais

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Contribuição	Saldo em 01/01/2024	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2024	Atualização Monetária	30/06/2025
COFINS	1.611	87	1.698	52	1.750
PIS	445	23	468	13	481
Total – Provisões judiciais fiscais	2.056	110	2.166	65	2.231

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	308	284	1.866	1.750	2.174	2.034
Faturamento (b)	76	197	-	-	76	197
Saldo total 30/06/2025	384	481	1.866	1.750	2.250	2.231

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	298	276	1.809	1.698	2.107	1.974
Faturamento (b)	75	192	-	-	75	192
Saldo total 31/12/2024	373	468	1.809	1.698	2.182	2.166

(a) PIS/ COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

8.2. Reservas de capital

As reservas de capital de R\$ 16 são compostas pela reserva de ágio na subscrição de ações no valor de R\$ 1 e outras reservas de capital no valor de R\$ 15.

8.3. Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	4.611	4.550
Subtotal PLA - nível	4.611	4.550
PLA Nível I	4.611	4.550
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	4.611	4.550
Capital Base (CB) (a)	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito	74	71
Capital de Risco - Mercado	12	4
Capital de Risco - Redução por correlação	(8)	(3)
Capital de Risco (CR) (b)	78	72
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	4.000	4.000
Patrimônio líquido ajustado	4.611	4.550
(-) Exigência de capital - EC	(4.000)	(4.000)
Suficiência de capital - R\$	611	550
Suficiência de capital (% da EC)	115%	114%



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (c)	-	-	-	(3)	-	-	-	-
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (a)(*)	6	-	-	-	32	1	-	-
VanguardaCap Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (a) (*)	-	-	-	-	-	72	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (b)	-	-	(1)	(1)	-	1	(4)	(3)
Total	6	-	(1)	(4)	32	74	(4)	(3)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos: referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Valores referentes a taxa de gestão dos instrumentos financeiros para a Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; e

(c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.

(*) Para fins de reestruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

10.1. Despesas administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal próprio	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(37)	(93)
Localização e funcionamento	(30)	(30)
Outras despesas administrativas	14	(32)
Total	(54)	(156)

10.2. Despesas com tributos

	30/06/2025	30/06/2024
COFINS	(11)	(9)
PIS	(1)	(1)
Taxa de fiscalização	(86)	(86)
Outras despesas com tributos	-	(3)
Total	(98)	(99)

10.3. Resultado financeiro

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	30/06/2025	30/06/2024
VJR	273	230
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	273	230
Outras receitas financeiras	54	62
Total – receitas financeiras	327	292
Outras despesas financeiras	(97)	(101)
Total – despesas financeiras	(97)	(101)
Total	230	191



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	78	78	(64)	(64)
ADIÇÕES	3.303	3.303	3.171	3.171
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	2.231	2.231	2.111	2.111
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	1.072	1.072	1.060	1.060
EXCLUSÕES	(3.306)	(3.306)	(3.178)	(3.178)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(1.140)	(1.140)	(1.122)	(1.122)
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	(2.166)	(2.166)	(2.056)	(2.056)
Resultado Ajustado	75	75	(71)	(71)
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 1%	15% + 10%	15% + 1%
Despesas com IRPJ/CSLL	(8)	(8)	-	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	-	-	(2)	(1)
Despesas com IRPJ/CSLL	(8)	(8)	(2)	(1)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	10,53%	10,53%	3,08%	1,54%

12. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2025 da Icatu Seguros S. A.

13. Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 21/07/2025, a acionista única aprovou, sem ressalvas, a utilização integral do saldo existente na conta de Reserva de Capital, no valor de R\$ 16.074,04 (dezesesseis mil, setenta e quatro reais e quatro centavos), com o objetivo de compensar parte dos prejuízos acumulados registrados na contabilidade da Companhia, nos termos do artigo 200 da Lei nº 6.404/1976. Em decorrência da deliberação ora aprovada, a conta de Reserva de Capital será extinta, uma vez utilizado integralmente o seu saldo.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

CNPJ: 42.582.049/0001-40

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394